

Deliberação nº 06 – 1ª Câmara

Aprovada em 23.01.85 – Proc. nº 23003.000001/84-4

Interessado: PROMAD – Assessoria e Processamento de Dados Amparo S/C Ltda.

Assunto: Solicita parecer relativo a obras: “Conheça o Carnê Gigante das Estâncias”, “Conheça o Sorteio Autorizado da Casa Transitória André Luiz” – “Conheça o Carnê Acumulado Ingresso do Amparo Atlético Clube” – “Conheça o Carnê Acumulado do Amparo Atlético Clube”.

Relator: Cons. Fábio Maria De Mattia

Ementa

Deve ser indeferido o pedido formulado por PROMAD – Assessoria e Processamento de Dados Amparo S/C para que este Colegiado declare se o que foi por ela levado a registro na Biblioteca Nacional constitui “FOLHETO”. – Inaceitável a solicitação de que a “declaração” requerida seja encaminhada a Biblioteca Nacional a fim de que possam eles ultimar o seu registro... “A competência para tal decisão é da Biblioteca Nacional só se justificando manifestação do CNDA se por ela requerido”.

I – Relatório

PROMAD – Assessoria e Processamento de Dados Amparo S/C Ltda. solicita declaração deste Colegiado no sentido de que as obras “Conheça o Carnê Gigante das Estâncias”, “Conheça o Sorteio Autorizado da Casa Transitória André Luiz”, “Conheça o Carnê Acumulado do Amparo Atlético Clube” e “Conheça o Carnê Acumulado Ingresso do Amparo Atlético Clube” se enquadram na categoria de Folhetos e que comunique tal entendimento a Biblioteca Nacional a fim de que, de posse dessa declaração, possam eles ultimar o seu registro, preservando dessa maneira os nossos direitos autorais.

O pedido é fundamentado no artigo 6º, inciso I, da Lei nº 5.988/73.

A fls. 08 encontra-se manifestação do Serviço de Registro.

II – Análise

Inicialmente deve ser ressaltado que a fundamentação legal dada pela requerente é inadequada vez que referido artigo apenas indica, exemplificativamente, quais as obras protegidas pela Lei de Regência e não cria prerrogativa para solicitar “declaração” deste Colegiado acompanhada da comunicação de seu teor à Biblioteca Nacional.

O Serviço de Registro analisando os “folhetos” que instruem o processo não os considera FOLHETO, pois, fogem aos seguintes parâmetros:

“... folheto” é uma publicação não periódica de poucas folhas, com capa de papel, e, de acordo com as bibliotecas brasileiras pode chegar até 100 páginas”.

A UNESCO, também é de opinião que folheto é uma publicação não periódica que conta pelo menos 5, porém não mais de 48 páginas excluídas as capas.

Conclui sua manifestação afirmando que:

“Não é o caso dos constantes do processo, visto os mesmos serem tipo capas propaganda, em nada se assemelhando a nenhuma das definições relativas a folheto”.

“Diante do exposto, ao submeter o processo em questão à apreciação de V.Sa. opino pelo encaminhamento do mesmo à Primeira Câmara deste Conselho, em face da competência que lhe é delegada para melhor dizer quanto ao mérito da solicitação constante do presente”

Parece-me que a competência, para enquadramento ou não fixação material como folheto, é da Biblioteca Nacional.

Esta se tiver dúvidas quanto o que lhe é solicitado poderá, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.988, submeter a matéria à apreciação do CNDA.

Não se justifica, pois, que tendo sido requeridos os quatro registros perante aquele registro se requeira a interferência deste Colegiado para com base em sua declaração intervir no processamento ou não daqueles registros.

III – Voto

Deve ser indeferido o pedido formulado por PROMAD – Assessoria e Processamento de Dados Amparo S/C para que este Colegiado declare se o que foi por ela levado a registro na Biblioteca Nacional constitui Folheto. Inaceitável a solicitação de que a “declaração” requerida seja encaminhada à Biblioteca Nacional a fim de que “possam eles ultimar o seu registro...”. A competência para tal decisão é da Biblioteca Nacional só se justificando manifestação do CNDA se por ela motivado.

Brasília, 19 de dezembro de 1984.

Fábio Maria De Mattia
Conselheiro-Relator

IV – Decisão da Câmara

A Primeira Câmara, por unanimidade, acompanhou o voto do relator.

Brasília, 23 de janeiro de 1985.

Manoel Joaquim P. dos Santos
Presidente da Câmara

Hildebrando Pontes Neto
Conselheiro

Romeo B. Nunes dos Santos
Conselheiro

D.O.U. 15.02.85 – Seção I – Pág. 2756